



Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável: uma proposta de abordagem pelas dimensões transdisciplinar e comunitária

MARCO AURÉLIO MARÃO VIANA PEREIRA FILHO

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Esse artigo argumenta a favor da centralidade da Comunicação em relação à problemática do Desenvolvimento Sustentável (DS), embora sua importância ainda seja pouco reconhecida pelo poder público. Diante disso, temos por objetivo propor uma abordagem de Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) dedicada a preencher as lacunas deixadas por paradigmas anteriores, que não dão conta dos desafios associados às redes digitais de comunicação que medeiam os processos sociais contemporâneos no século XXI. A abordagem que propomos toma por base perspectivas teórico-metodológicas multidisciplinares e é pensada em dois eixos: o *transdisciplinar* e o *comunitário*. No primeiro, destacamos a importância de se repensar o modo de produzir conhecimento para a promoção de um diálogo de saberes no âmbito de uma ecologia de saberes, sendo a Comunicação o motor desse diálogo. O segundo discute em que medida a esfera comunitária é relevante para se pensar o DS, tanto em termos estratégicos, envolvendo os usos das mídias digitais, quanto em relação à produção de conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: comunicação; comunidade; desenvolvimento sustentável; transdisciplinaridade.

Abstract

This article argues in favor of the centrality of Communication in relation to the issue of Sustainable Development (SD), even though its importance is still not widely recognized by the government. Therefore, our objective is to propose a Communication for Sustainable Development approach dedicated to filling the gaps left by previous paradigms, which do not address the challenges associated with digital communication networks that mediate contemporary social processes in the 21st century. The approach we propose is based on multidisciplinary theoretical and methodological perspectives and is conceived along two axes: the transdisciplinary and the community-oriented. In the first axis, we emphasize the importance of rethinking the way knowledge is produced to promote a dialogue of knowledge within the framework of an ecology of knowledge, with Communication as the driving force of this dialogue. The second axis discusses to what extent the community sphere is relevant for thinking about Sustainable Development, both in strategic terms, involving the use of digital media, and in relation to the production of knowledge on the subject.

Keywords: communication; community; sustainable development; transdisciplinarity;

1. Introdução

O mundo globalizado do século XXI enfrenta crises de diferentes ordens: econômicas, sociais, étnicas, morais, políticas, de segurança, de saúde e ecológica. Exemplos disso são: a mudança climática, as pandemias, tensões políticas entre diferentes grupos religiosos, conflitos armados, genocídios, diminuição de reservas de petróleo, desastres naturais, entre várias outras mazelas (MARTÍN-BARBERO, 2014; SANTOS, 2001).

Diante desse cenário, as Nações Unidas elaboraram a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (DS), por meio da qual 193 países, em comum acordo, estabeleceram objetivos em benefício da população mundial. No entanto, embora seja o acordo com o maior número de países envolvidos já feito na história, ele não inclui a dimensão comunicacional e cultural entre os objetivos para o DS (SERVAES; YUSHA'U, 2023). Essa omissão é alarmante, entre outras razões, porque desconsidera a centralidade das redes digitais de comunicação na vida social contemporânea (CASTELLS, 2013) e ignora o papel das interações intersubjetivas e processos de atribuições de sentido para pensar a sustentabilidade (SERVAES, 2012).

Se apenas considerarmos a dimensão midiática, a ausência da Comunicação na Agenda 2030 das Nações Unidas para o DS já é um equívoco porque não há como falar em desenvolvimento sem se levar em consideração o papel central das tecnologias de informação e comunicação em relação à vida social como um todo, já que as infraestruturas das redes digitais sustentam circuitos de trocas econômicas dos quais dependem os movimentos mundiais de informação, conhecimento, comércio de matéria prima, marketing de produtos e ideias (CASTELLS, 2013; HALL, 1997).

Em sentido mais abrangente, a não inclusão do comunicacional entre os objetivos impede que sejam assegurados os direitos humanos no âmbito de uma perspectiva participativa e horizontal de DS, que priorize o empoderamento das pessoas, em termos de sua habilidade de influenciar o sistema mais amplo e tomar o controle de suas vidas (SERVAES; YUSHA'U, 2023).

Academicamente, argumentamos que a Comunicação não é apenas importante como variável a contribuir para a questão do DS, mas elemento central desta. Isso se deve a duas razões sobre as quais discutiremos mais detalhadamente ao longo do artigo. A primeira se fundamenta no argumento segundo o qual a transdisciplinaridade – necessária

para se abordar o DS – é um problema comunicacional (SIGNATES, 2012). A segunda baseia-se na defesa de que as estratégias de DS tenham como ponto de partida a comunidade, que é o *locus* privilegiado de pesquisa da ciência da Comunicação (SODRÉ, 2015).

A noção de Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) emergiu como um desdobramento de um debate iniciado em meados do século XX, que enfatizava as contribuições da Comunicação para os diferentes paradigmas de desenvolvimento que surgiam: do modelo da *modernização e crescimento econômico* ao paradigma da *dependência*, chegando, por fim, as perspectivas mais recentes preocupadas com as *identidades culturais* e a *multidimensionalidade* (SERVAES, 2012).

Em paralelo a esses diferentes modelos desenvolvimento, a própria Comunicação transitou entre dois paradigmas, partindo do modelo *difusionista* para o *participativo* (SERVAES; MALIKHAO, 2007). Ainda, a noção de DS também possui seus diferentes paradigmas: o *conservador*, o *reformista* e o *libertador* (BOFF, 2018; REDCLIFT, 1999).

A partir desse conjunto de perspectivas de desenvolvimento, Comunicação e DS, tomando por base diferentes sistematizações realizadas por vários autores dedicados ao tema (MCANANY, 2012; SERVAES; MALIKHAO, 2007; THOMAS, 2014; TUFTE, 2013; WAISBORD, 2018), tipificamos a CDS em três diferentes paradigmas: *comunicação para a mudança de conduta*; *comunicação para a governança participativa*; e *comunicação para a transformação estrutural*. A primeira enfoca nos comportamentos individuais, interpessoais e comunitários das pessoas; a segunda enfatiza a busca de apoio de legisladores e atores responsáveis pelas tomadas de decisões, em nível nacional e internacional, para projetos específicos visando à mudança social; a terceira abarca fatores conjunturais e estruturais que influem na mudança, incluindo a história, as migrações, política e legislação, sistemas educativos, classe social, etnia, religião, sistemas de crenças, entre outros.

Apesar dos avanços na pesquisa sobre CDS, três lacunas teóricas ainda precisam ser resolvidas: a primeira envolve a inter/transdisciplinaridade, considerando que há uma necessidade de maior integração e colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para uma compreensão mais abrangente e eficaz da CDS.

A segunda se trata da necessidade de uma abordagem intercultural, pois é preciso considerar a diversidade cultural e as especificidades dos contextos *comunitários* em nível

local. É necessário um enfoque intercultural que leve em consideração os valores, as práticas e as perspectivas culturais das comunidades envolvidas, a fim de garantir que as estratégias de comunicação sejam culturalmente sensíveis e eficazes.

A terceira refere-se as novas mídias/tecnologias digitais de comunicação e está relacionada à segunda. Com o rápido avanço das tecnologias de informação e comunicação, é importante explorar como as novas mídias e plataformas digitais podem ser usadas nas comunidades de maneira eficaz para promover a CDS. Isso inclui a análise de seu potencial e limitações, bem como os desafios relacionados à exclusão digital e à desigualdade de acesso.

Considerando o exposto, esse artigo tem por objetivo propor uma abordagem de CDS que posicione a comunicação como central no debate sobre DS e que busque dar conta das complexidades da configuração societária do século XXI, lacuna não preenchida pelos paradigmas anteriores de CDS (SERVAES, 2012). Como fundamentos teóricos para essa abordagem, tomamos por base a visão *sodreniana* de Comunicação como a ciência dedicada ao estudo do comum humano e da sua realização, a *comunidade* (SODRÉ, 2014); a perspectiva de DS de Enrique Leff (2009; 2012) e a sua noção de *racionalidade ambiental*, aliada ao conceito de *ecologias de saberes* (SANTOS; MENESES, 2009).

O artigo se organiza da seguinte maneira. No tópico 2. O conceito de Desenvolvimento Sustentável, descrevemos as principais correntes teóricas do DS e situamos as contribuições de Leff (2009; 2012) sobre o conceito. Nos dois tópicos seguintes, apresentamos a nossa proposta de abordagem de CDS a partir de dois eixos: o da transdisciplinaridade e o comunitário. Desse modo, o tópico 3. Comunicação e transdisciplinaridade apresenta a discussão do primeiro eixo e o tópico 4. Comunicação e comunidade, a do segundo. Encerramos com o tópico 5. Considerações finais.

2. O conceito de Desenvolvimento Sustentável

A gênese do termo DS remonta ao ano de 1972, quando a ONU realizou a Conferência de Estocolmo, durante a qual se constatou que as práticas desenvolvimentistas da sociedade de consumo seriam as responsáveis pela crise ambiental em escala global. Durante o evento, definiram-se as primeiras diretrizes visando ao fomento do então chamado “ecodesenvolvimento”, o qual, quinze anos mais tarde, passaria a ser referido como DS, como consta no *Relatório de Brundtland*, onde é

descrito como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”.

Considerando a carga ideológica atrelada ao termo desenvolvimento no âmbito do modelo de modernização capitalista, que prioriza o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade ecológica, algumas linhas de pensamento apontam para uma incompatibilidade entre as palavras *desenvolvimento* e *sustentável* (BURSZTYN, 2012), reivindicando a descontinuação do uso dessa expressão. No entanto, há aquelas que apontam ser possível compatibilizar as duas coisas, através de uma combinação entre Economia e Ecologia (ABRAMOVAY, 2012; GARCIA, 2014; SACHS, 2009), isto é, da formulação de uma “economia sustentável” que alcance um equilíbrio entre produção, consumo e preservação ambiental.

Tendo em vista as divergências de pensamento dentro desse debate, Boff (2018) explica que, atualmente, ele está dividido em três paradigmas. A tipificação proposta por Boff é semelhante àquela proposta por Redclift (1999) quase duas décadas antes, salvo variações nas nomenclaturas. Segundo Boff (2018), o primeiro paradigma é o *conservador*, que designa a atual perspectiva hegemônica, incorporada pela maioria dos governos e economistas convencionais, segundo a qual o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental são mais ou menos compatíveis.

O segundo, de acordo com Boff (2018), é o *reformista*. Segundo o autor, ele está situado dentro da matriz moderna, mas procura minimizar os efeitos indesejáveis. Uma vertente que, de acordo com ele, exemplifica os pressupostos desse paradigma, é o *ecodesenvolvimento*, que reivindica a aplicação de técnicas menos poluentes e a equidade social. Por não apresentar uma alternativa, mas se manter situado no paradigma vigente, Boff (2018) critica essa corrente. No entanto, ele reconhece que o paradigma reformista representa um avanço contra o crescimento ilimitado e insustentável da economia capitalista. Para o autor, há muito o que se alcançar no âmbito dessa corrente.

O terceiro paradigma é o que Boff (2018) chama de *libertador*, no qual se pensa em uma alternativa marcadamente distinta do modelo vigente, portanto, de acordo com o autor, a preocupação é a de elaborar um novo projeto econômico e político, que reestabeleça a relação entre o ser humano e a natureza, priorizando-se a questão ecológica.

Uma das tendências do paradigma libertador é a não utilização do termo *desenvolvimento*. No entanto, isso não é regra. Estando mais situado no paradigma libertador do que no reformista, que é mais associado ao uso da palavra, Leff (2009) também faz uso do termo. Seu modelo de DS, o qual fundamenta a abordagem que propomos, baseia-se na fundação de uma nova racionalidade, a ambiental, a fim de evitar a simples oposição entre Economia e Ecologia.

Tal modelo só é possível mediante a confrontação de sistemas e interesses antagônicos cristalizados nas instituições sociais, nos paradigmas de conhecimento e nos processos de legitimação econômica, nas classes sociais e grupos culturais e nos Estados-nação em âmbito global. Por meio dessa racionalidade ambiental, Leff (2012) critica, em nível epistemológico, o objetivismo da ciência moderna, questionando a objetivação do conhecimento científico, o modo de produção da realidade da racionalidade moderna.

Desse modo, o desafio epistemológico imposto pela questão ambiental às ciências sociais como um todo é a indagação dos esquemas organizadores dos processos de construção do conhecimento que estão associados às práticas de intervenção sobre a natureza (LEFF, 2018). Por se tratar de uma racionalidade inerentemente transdisciplinar, a Ecologia – pautada por uma racionalidade ambiental – gera uma nova unidade complexa fundada em diferentes saberes, tanto os científicos quanto os que não são legitimados pela ciência moderna, razão pela qual os critérios de legitimação precisam ser repensados.

É a partir da sua condição de externalidade e de outridade que o saber ambiental questiona as ciências, sem integrar-se a elas, mas impelindo-as a, norteadas por uma racionalidade ambiental, reconstituir-se e se abrir para novas relações entre ciências e saberes, entre cultura e natureza, gerando um diálogo de saberes.

Sendo a ciência ocidental produto da modernidade eurocêntrica, fortemente estruturada com base nos paradigmas do iluminismo positivista, uma ontologia de-colonial dá abertura a uma nova racionalidade, ou seja, uma nova forma de produzir e legitimar o conhecimento. Isto, segundo Santos e Meneses (2009), pode ser viabilizado por meio de um diálogo de saberes entre o meio acadêmico latino-americano e os povos tradicionais, por exemplo. É desse diálogo que se trata o conceito de *ecologia de saberes*. O aspecto central do conceito está assentado na reivindicação de que a colonização de certos povos e/ou nações também tem ocorrido em nível epistemológico, no que diz respeito à produção, circulação e legitimação do conhecimento.

Não se trata da mera justaposição de saberes, sob um molde interdisciplinar, mas da troca de conhecimentos visando à produção de uma nova racionalidade científica, sem interferir na autonomia de cada um desses saberes, indo mais em direção a uma transdisciplinaridade.

Além dessa reelaboração do saber rumo à transdisciplinaridade, a perspectiva de Leff também vislumbra a transformação democrática do Estado com a participação direta da sociedade e das comunidades em relação à gestão de recursos patrimoniais. Na abordagem que propomos, a Comunicação dialoga com a perspectiva de Leff no que diz respeito à transdisciplinaridade e a participação das comunidades nas decisões democráticas coletivas. Nos tópicos a seguir, abordamos esses dois aspectos como eixos a partir dos quais podem ser pensadas as contribuições da Comunicação para um DS.

3. Comunicação e transdisciplinaridade

A premissa da transdisciplinaridade da perspectiva de DS de Leff (2009), como vimos até aqui, é a de que é preciso modificar a maneira como se produz conhecimento, partindo de uma outra racionalidade. Nesse sentido, o diálogo de saberes pode ser definido como um encontro de racionalidades e modos de existência, incluindo a hibridação entre saberes modernos e tradicionais. Constituindo uma ecologia de saberes, esse diálogo fornece as bases para se pensar uma nova maneira de produzir conhecimento em âmbito transdisciplinar

Um dos poucos consensos em torno do debate acadêmico sobre DS é a sua ontologia interdisciplinar e transdisciplinar. O mesmo se aplica à Comunicação. Tal fator, segundo Sandra Massoni (2006), implica uma revisão epistemológica e teórica, com a atribuição de um novo papel situacionalmente definido à pesquisa comunicacional sobre práticas socioculturais.

De acordo com a autora, as especializações disciplinares nas Ciências Sociais, embora tenham contribuído para a pesquisa científica na área durante muito tempo, também tem aspectos problemáticos. Um dos principais problemas é que o conhecimento acaba ficando muito aprofundado apenas em determinados aspectos de um fenômeno, em detrimento de outros, perdendo-se a visão holística capaz de apreender o fenômeno em sua totalidade. Desse modo, por mais que a compartimentação disciplinar tenha produzido

conhecimentos em abundância, ela não obtém validade operacional, considerando a falta de conexão com problemas reais.

É nesse aspecto que Massoni (2006) postula sobre a importância da transdisciplinaridade (o que não se confunde com interdisciplinaridade) nos novos paradigmas das ciências sociais, e é nesse âmbito que emerge um possível papel da Comunicação, se esta última for entendida como inerentemente transdisciplinar.

Como explica França (2018), a particularidade da área invoca a discussão de dois aspectos: a questão da inter/transdisciplinaridade e a natureza do objeto comunicacional. De acordo com Lopes (2006), a institucionalização acadêmica da Comunicação como campo autônomo se apoiou, paradoxalmente, na ideia de interdisciplinaridade. No entanto, ao invés de transformar as estruturas institucionais existentes, a interdisciplinaridade recebeu críticas de uma parcela de pesquisadores das Ciências Sociais.

Embora a compartimentação disciplinar estabelecida ao longo da história dessas ciências tenha sido problematizada em um movimento de reestruturação disciplinar iniciado no final do século XX, a interdisciplinaridade tem sido ignorada como uma possível solução para superar essas divisões internas, pois a mudança que ela propõe está mais relacionada a divisões ideológicas e organizacionais do trabalho intelectual, que são impostas por paradigmas histórico-intelectuais do século XIX, do que divisões derivadas de exigências internas do conhecimento, como questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. (LOPES, 2000).

O grupo de pesquisadores mencionado surgiu como uma opção o emprego de uma abordagem transdisciplinar, que se fundamenta na criação de programas de pesquisa integrados dentro das instituições universitárias. Esses programas ultrapassariam os limites estabelecidos pelas divisões tradicionais entre disciplinas, proporcionando novas oportunidades de diálogo e intercâmbio não apenas entre as disciplinas, mas também além delas (LOPES, 2000). Indo de encontro a essa perspectiva, França (2018) defende a ideia de que a Comunicação já deixou de ser interdisciplinar (uma zona intermediária, “entre” disciplinas) e adquiriu um caráter transdisciplinar, tendo constituído um domínio próprio, para além das contribuições das áreas de apoio.

Além do argumento de cunho epistêmico, a afirmação da transdisciplinaridade se apoia na relação orgânica estabelecida entre as Ciências Sociais e a Comunicação, tendo em vista os desafios cognitivos impostos pelos processos contemporâneos de globalização,

considerando a reflexão sobre a sociedade global ultrapassa os limites tradicionais de uma única ciência social específica, de modo que se torna evidente que qualquer análise abrange necessariamente várias disciplinas científicas (LOPES, 2006). O argumento de Maria Immacolata Lopes é o de que os múltiplos aspectos da sociedade global põem em questão se ainda existe algum critério válido que possa garantir, de maneira clara e consistente, a definição das fronteiras entre as diferentes disciplinas das ciências sociais.

Segundo Lopes (2006), esse pode ser um contexto privilegiado para o campo da Comunicação, já que as suas fronteiras disciplinares são recorrentemente contestadas. No entanto, a proposta da transdisciplinaridade tem sido marcada por conflitos já que a institucionalização de um campo supõe sua especialização disciplinar (LOPES, 2006). Portanto, o debate sobre a especialização disciplinar da Comunicação pressupõe um debate sobre a crise das ciências (SIGNATES, 2012).

Concordamos com Lopes (2006) a respeito do argumento de que a reflexão epistemológica relacionada ao campo da Comunicação deve ter como ponto de partida a questão da especialização disciplinar. Como ressaltam Signates (2012) e Valdetaro (2015), atualmente, a caracterização de uma área científica é uma elaboração política predominantemente determinada pelo conjunto de influências exercidas por pesquisadores e organizações científicas, em vez de ser uma resultante epistemológica da lógica científica. (SIGNATES, 2012). No âmbito da Comunicação, isso serve para que o campo se afirme menos pela qualidade de sua produção científica do que por articulações sociais firmadas em programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa e faculdades (VALDETTARO, 2015).

Corroborando Signates (2012) e Valdetaro (2015), França (2018) reitera que a dimensão institucional da Comunicação não é um resultado de sua dimensão epistemológica, mas fundamentalmente consequência de batalhas políticas, uma vez que envolve a aquisição de espaços, conquista de reconhecimento e alocação de recursos financeiros.

É por essas razões que a reflexão epistemológica é imprescindível para a legitimação científica do campo da Comunicação. Trata-se de um esforço extremamente complexo, seja pela própria natureza de uma reflexão epistemológica, seja pelo contexto contraditório de crise das disciplinas. Contraditório porque, como expressa Signates (2012), as especialidades já não dão conta dos problemas emergentes.

É nesse ponto que, segundo o autor, reside a maior força do campo da Comunicação. A hipótese dele é a de que a Comunicação se apresenta como solução à crise das disciplinas na ciência, se a primeira for entendida como o intercâmbio de conhecimentos entre as diferentes especialidades. Por essa lógica, a transdisciplinaridade¹ se trataria de um problema comunicacional.

Considerando o caráter transdisciplinar da Comunicação, a mudança de paradigmas que as Ciências Sociais atravessam rumo à transdisciplinaridade e a natureza renovadora da epistemologia ambiental, é coerente estabelecer uma articulação entre Comunicação e DS, no âmbito da nova epistemologia ambiental postulada por Leff (2009).

Se a visão de DS de Leff (2009) está fundada em uma racionalidade ambiental que reivindica uma nova forma de compreensão dos saberes existentes, postos em diálogo com outros tipos de saberes historicamente ignorados pela ciência moderna, a Comunicação – afirmada em sua transdisciplinaridade – teria *o papel de estabelecer esse diálogo entre saberes, colocá-los em circulação e/ou simplesmente evidenciá-los no campo acadêmico.*

4. Comunicação e comunidade

A palavra Comunicação é oriunda do latim *communicatio*, que possui o sentido de partilha, de pôr-se em comum. A etimologia do termo é o que fundamenta a visão de Sodré (2014) da Comunicação como ciência que tem a comunidade como objeto de investigação. A noção de comunidade de Sodré, à qual se alinham Paiva (2003) e Yamamoto (2017) é entendida por uma perspectiva mais ampla e abstrata, em termos da constituição de um senso comum, podendo adquirir um caráter mobilizador de mudança social.

Na visão desses autores, a comunidade não é um produto da vontade externalizada dos indivíduos, pois isso pressupõe sua plenitude e autossuficiência em relação ao outro, reforçando o individualismo. Assumindo um sentido histórico-hermenêutico, trata-se do oposto da visão anterior, portanto, corresponde a um processo de interiorização de valores externos, em um movimento de fora para dentro. Sob essa ótica, é possível falar do estabelecimento de um terreno comum sobre o qual construir a transformação social (TUFTE, 2021).

¹ Embora apresente um argumento semelhante ao de Lopes (2006), Signates (2012) adota o termo interdisciplinaridade ao se referir ao papel da Comunicação no âmbito da crise das disciplinas, enquanto a primeira autora utiliza o termo transdisciplinaridade.

Na abordagem que propomos, a dimensão comunitária da Comunicação contribui para o DS ao ir na contramão dos enfoques tradicionais que enfatizam os aspectos econômicos e políticos em âmbito macro, uma vez que parte do pressuposto de que não há um único modelo universal que possa servir de parâmetro para a sociedade do mundo todo. Desse modo, as estratégias rumo à sustentabilidade devem ser pensadas em nível local/comunitário, respeitando as demandas específicas das suas localidades. Isso não significa pensar de forma restrita ou isolada, alheia à sociedade global como um todo, mas pensar o local na sua relação com o global.

Trata-se de uma mudança que se dá por meio da participação das comunidades nas decisões pertinentes à transformação social. O cenário da expansão global das redes de comunicação, nesse sentido, guarda o potencial de ampliar esses espaços de articulação cidadã (CASTELLS, 2013). Através das tecnologias digitais de comunicação, as comunidades podem, de forma cooperada, exercer aquilo que Abramovay (2012) chama de *poder lateral*. Essa participação comunitária, potencializada pelos meios digitais, pode introduzir iniciativas de apoio comunitário no próprio mercado, superando a dicotomia mercado versus cooperação social.

No entanto, para que esses espaços mediados pelas tecnologias digitais de comunicação se fortaleçam como uma via de participação democrática, é preciso resolver a questão da exclusão digital, sobretudo em países como o Brasil, marcado por altos índices de pobreza e cujas políticas de combate à fratura digital enfrentam obstáculos como preço da conexão, déficit de infraestrutura em áreas remotas e qualidade da conexão (LEAL, 2021).

Esse é um ponto que está omissa na Agenda 2030 das Nações Unidas para o DS. De acordo com Vargas e Lee (2023), um relatório publicado pelo Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas em 2013 identificou que os indivíduos querem estar no centro dos processos de tomadas de decisão a respeito do desenvolvimento na esfera pública. Para Vargas e Lee (2023), a ausência de pautas relacionadas ao acesso equitativo à comunicação e à informação se deve a dois fatores: a sua natureza menos tangível em relação a outras prioridades de desenvolvimento como segurança alimentar e medicamentos essenciais; o fato de a configuração dos ecossistemas comunicativos de qualquer sociedade ser modulada pelas dinâmicas de poder e de responder a interesses políticos e econômicos de grupos dominantes.

Isso significa que o discurso hegemônico do desenvolvimento está pouco disposto a ter que lidar com uma questão que possa provocar resistência ou represálias dos Estados e das elites econômicas. No Brasil, são reduzidas as chances de que entidades internacionais queiram financiar um projeto de desenvolvimento visando à democratização do setor de mídia, considerando que o fato de políticos e elites econômicas locais estarem envolvidos no mercado midiático e apenas quatro emissoras de televisão concentrarem 70% da audiência nacional deixa pouca margem para que comunidades marginalizadas possam participar da construção da opinião pública (VARGAS; LEE, 2023).

Apesar das limitações que atingem, sobretudo, às camadas mais pobres das populações, o século XXI contou com a emergência de diversos movimentos sociais (GOHN, 2017) que representam os direitos das minorias e grupos menos favorecidos, através do uso dos meios digitais, em prol da mudança social e dos direitos coletivos.

Considerando o exposto, na abordagem aqui proposta, a dimensão comunitária da Comunicação tem o papel de assegurar a habilidade dos indivíduos de influenciar o sistema societário e assumir o controle de suas vidas. Esse aspecto comunicacional/comunitário precisa estar explicitamente expresso em projetos de desenvolvimento para garantir que um processo mútuo de troca e aprendizado seja facilitado.

Ter a comunidade como ponto de partida em qualquer projeto de DS é essencial na medida em que é na esfera comunitária onde se discutem as demandas fundamentais da população e surge a interação com outras comunidades (SERVAES; MALIKHAO, 2012). Nesse sentido, uma característica própria da *mídia comunitária* é a necessidade de promover o diálogo entre as pessoas e viabilizar a participação e a cooperação. Por estar inserida na perspectiva da defesa de uma democracia participativa e não apenas participativa, a mídia comunitária possui os requisitos para um desenvolvimento que inclua, de forma equitativa, as dimensões econômica, ecológica e social (PAIVA, 2011).

Nessa abordagem, o enfoque desloca-se da mera transmissão de informação para a repousar nos processos de atribuição de sentidos no âmbito das práticas de usos e apropriações da mídia. A Comunicação, portanto, é entendida de forma holística, inserida no contexto mais amplo envolvendo a economia política da mídia (TUFTE, 2017).

Tal visão de Comunicação, em nível comunitário, requer também um outro entendimento sobre a própria noção de desenvolvimento e mudança social. Como

mencionado anteriormente, embora essa abordagem privilegie o local como ponto de partida, entende-se que os processos de globalização e de localização estão entrelaçados (SERVAES; MALIKHAO, 2012).

Entende-se, também, que há, em grande medida, um etnocentrismo implícito na própria produção de conhecimento sobre mudança social. Demanda-se, desse modo, uma postura crítica e qualquer análise sob essa abordagem deve levar em conta as relações de poder da sociedade, guiada por noções como justiça social, equidade e, portanto, uma mudança social positiva.

5. Considerações finais

No intuito de preencher uma lacuna presente nos debates mais recentes sobre o DS, nos quais tem sido dada pouca importância ao papel dimensão comunicacional (como atesta o projeto da Agenda 2030 das Nações Unidas), esse artigo teve por objetivo discutir uma proposta de abordagem de CDS.

As abordagens de Comunicação para o Desenvolvimento não são algo novo, pois emergiram em paralelo aos primeiros modelos de desenvolvimento debatidos em meados do século XX, no âmbito do paradigma da modernização. Desde então, diferentes paradigmas foram propostos, mas eles deixaram lacunas teóricas, sobretudo quando se leva em conta o contexto mais recente das redes digitais de comunicação.

Tendo isso em vista, propusemos uma abordagem partindo da articulação entre perspectivas teórico-epistemológicas de natureza multidisciplinar: a visão de DS e racionalidade ambiental de Enrique Leff, que ultrapassa a simples oposição entre Economia e Ecologia e reivindica uma reestruturação dos modos de produção de conhecimento rumo à transdisciplinaridade; a visão de diferentes autores do campo da Comunicação sobre a transdisciplinaridade como um problema comunicacional e da concepção etimológica da Comunicação como associada à esfera comunitária; o conceito de ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos, que serve de base sobre o debate do caráter transdisciplinar do DS e da Comunicação como motor do diálogo entre saberes.

Com base nesses marcos teóricos, a discussão da abordagem de CDS organizou-se em dois eixos: o da transdisciplinaridade e o comunitário. No primeiro, apontamos que a visão renovadora de DS de Enrique Leff, a partir de uma racionalidade ambiental, convoca-nos a repensar o modo de produzir conhecimento, que promova um diálogo de

saberes, no âmbito de uma ecologia de saberes. Essa perspectiva se alinha à visão que propusemos da Comunicação como campo de estudos da própria transdisciplinaridade, necessária para abordar o DS e que se apresenta como a tendência do meio científico no século XXI.

No segundo eixo, a perspectiva de Leff aciona a dimensão comunitária na medida em que prioriza os conhecimentos produzidos em nível comunitário, incluindo os saberes oriundos das comunidades dos povos originários e através da reivindicação da participação direta das comunidades na gestão dos recursos patrimoniais. A partir disso, ela dialoga com a esfera comunitária que acionamos ao tratar do papel da CDS, pois ela reivindica que os projetos dedicados à questão tenham a comunidade como ponto de partida e enfatiza a importância da participação das comunidades nos processos de tomada de decisão na esfera pública.

Ao colocarmos em diálogo essas teorias, propusemos uma abordagem que contempla as problemáticas contemporâneas, das quais os paradigmas anteriores de CDS não chegam a dar conta. Na iminência dos desdobramentos da Agenda 2030 para o DS, que não inclui a dimensão comunicacional entre os seus objetivos – apesar dos fatores que atestam a importância da Comunicação – o eixo transdisciplinar da nossa abordagem chama a atenção dos acadêmicos da Comunicação para que direcionem o olhar para o papel do campo (de promover o diálogo de conhecimentos) frente à problemática do DS, e dos acadêmicos de outras áreas para que, cada vez mais, considerem que não é possível abordar essa questão de maneira compartimentalizada.

Por sua vez, o eixo comunitário da nossa abordagem propõe que as estratégias de DS sejam pensadas em termos das demandas específicas das comunidades locais. Propomos, também, que as comunidades participem das decisões da esfera pública junto ao Estado. Para isso, entre as diversas mudanças necessárias, é preciso combater a brecha digital que ainda exclui grandes parcelas das populações de diferentes países, incluindo o Brasil, dos espaços mediados pelas tecnologias digitais de comunicação. Mesmo assim, as mídias comunitárias possuem o potencial de contribuir para a mudança social, como demonstram alguns dos novos movimentos sociais. Com isso, a nossa proposta é a de deslocar o enfoque voltado à mera transmissão de informações para aquele dedicado aos usos das mídias e os processos de atribuição de sentido associados a esses usos. As análises

partindo dessa abordagem devem, ainda, levar em conta as relações de poder e de interesses que estão implicadas na questão da exclusão digital.

Referências bibliográficas

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é, o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford University Press, 2013.

FRANÇA, Vera. A pesquisa em Comunicação: dez perguntas que nos desafiam. (In) FIGARO, Roseli; GOMES, Mayra Rodrigues (orgs). **Conexão pós: diálogos e intersecções** na pesquisa discente.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, 1997.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **O Campo Da Comunicação: Reflexões Sobre O Seu Estatuto Disciplinar**. Revista USP, n. 48, p. 46-57, 2000.

_____. **O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas**. Revista FAMECOS, v. 13, n. 30, p. 16-30, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Diversidad en convergencia**. Matrizes, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.

MCANANY, Emile G. **Saving the world: A brief history of communication for development and social change**. University of Illinois Press, 2012.

MASSONI, Sandra. Hacer Click en la comunicación científica. *In: Diálogos entre editores científicos iberoamericanos: textos presentados en el Primer Encuentro Iberoamericano de Editores Científicos*, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito em construção. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERVAES, Jan; MALIKHAO, Patchanee. Communication and sustainable development. *In: **Communication and Sustainable Development: Selected papers from the 9th UN roundtable on communication for development**, 2007, p. 1-22.*

SERVAES, Jan. **Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social**. Una visión general. Cuadernos de Información y Comunicación, v. 17, p. 17-40, 2012.

SERVAES, Jan; YUSHA'U, Muhammad Jameel. Introduction: **The Need for an 18th Sustainable Development Goal—Communication for All**. *In: SERVAES, Jan; YUSHA'U, Muhammad Jameel (Eds.). **SDG18 Communication for All, Vol. 1: The Missing Link between SDGs and Global Agendas**. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 1-24.*

SIGNATES, Luiz. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 133-148, 2012.

TUFTE, Thomas. **Communication and social change: a citizen perspective**. John Wiley & Sons, 2017.

TUFTE, Thomas; TACCHI, Jo. (Ed.). **Communicating for change: concepts to think with**. Springer Nature, 2020.

VALDETTARO, Sandra. **Epistemología de la comunicación: una introducción crítica**. UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2015.

VEIGA, José Eli da. O que é sustentabilidade? **Página 22**, vol. 24, n. 9, p. 36-37, 2008.